

“HISTÓRIA NOVA DO BRASIL”: UM PROJETO ABORTADO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Petrônio José Domingues*

[...] na historiografia brasileira, daqui por diante, há duas fases: antes da História Nova e depois dela. A história da História Nova será contada aos nossos filhos e netos [...]

Nelson Werneck Sodré, *História da História Nova*¹



Nelson Werneck Sodré

Na década de 1960, um dos maiores nomes do pensamento da esquerda política no Brasil foi Nelson Werneck Sodré, historiador e general do exército. Ele contribuiu para a evolução do estudo de história no Brasil, seja adotando o marxismo como referencial teórico, seja na preocupação de colocar suas obras a serviço das lutas sociais do povo brasileiro. Como sustenta Chesneaux, “[...] o conhecimento histórico pode funcionar a serviço do *status quo* ou a serviço das lutas populares. A história penetra na luta de classes; jamais é neutra”.²

Nelson W. Sodré integrou o Grupo de Itatiaia, constituído de intelectuais que, em 1955, no governo de Café Filho, fundou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).

Esse instituto de ensino e pesquisa, sediado no Rio de Janeiro, tinha a tarefa de “fabricar” o projeto nacional-desenvolvimentista, que seria encampado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A euforia nacionalista enraizou-se no Iseb, refletindo

no departamento de história da instituição.³ Nesse ambiente de efervescência cultural, surgiu a proposta de empreender uma revisão sistemática da história do Brasil. Assim, no governo de João Goulart (1961-1964), um grupo de jovens historiadores (Maurício Martins Mello, Pedro Celso Uchoa, Pedro de Alcântara Figueira, Ruben César Fernandes e o então estudante de história Joel Rufino dos Santos), sob

a coordenação de Nelson Werneck Sodré, levaram a cabo o projeto de reinterpretar a história do país à luz do marxismo.

Após inúmeros seminários e um árduo trabalho coletivo, editou-se a coleção sob o título História Nova do Brasil, voltada, precipuamente, para instrumentalizar o trabalho didático dos professores do ensino secundário. Tratava-se, segundo Nelson Werneck Sodré, “de proporcionar aos professores de nível médio textos que lhes permitissem fugir à rotina dos compêndios didáticos adotados, ampliando as perspectivas da história e proporcionando, mais do que conhecimentos, um método capaz de, ainda no nível médio, mostrar aos jovens as verdadeiras razões históricas dos acontecimentos, atraindo-os para uma ciência apta a enriquecer-lhes os espíritos”.⁴ A coleção foi lançada em março de 1964, a princípio, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com previsão de dez volumes, divididos nos seguintes volumes: O descobrimento do Brasil; A sociedade do açúcar; As invasões

* Professor de história da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná); doutorando em história/USP.

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.19.v0n42.2142>

holandesas; A expansão territorial; A decadência do Regime Colonial; A Independência de 1822; Da Independência à República (Evolução da economia brasileira); O sentido da abolição; O advento da República e O significado do florianismo.

Quando veio à lume, entretanto, a coleção foi veementemente criticada, seja pela imprensa, seja pelos historiadores mais conservadores. Como registrou Nelson Werneck Sodré, a

História Nova do Brasil é talvez a obra científica que, em todos os tempos, aqui, foi mais acusada de inferior e, entretanto, mais mereceu “pareceres”. Sobre essa coisa desimportante, errada, desqualificada, manifestaram-se, em “pareceres”, o Estado Maior do Exército, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Comissão Nacional do Livro Didático, etc.⁵

A Editora Brasiliense, em um segundo momento, condensou a coleção em seis volumes, mas foram publicados apenas dois. Em decorrência da proibição de sua circulação, com a implantação do regime militar em 1964, os exemplares foram apreendidos nas livrarias e na própria editora. Seus autores foram perseguidos, presos e torturados pelos órgãos de repressão. Alguns deles partiram para o exílio. Assim, precocemente, foi dado um ponto final na empreitada de reescrever a nossa história sob bases inovadoras.

“HISTÓRIA NOVA DO BRASIL” E A RENOVAÇÃO DOS ESTUDOS HISTÓRICOS NO BRASIL

Na década de 1960, a História Nova do Brasil foi um projeto que visava reelaborar a história do Brasil. Como assinala José Honório Rodrigues, “[...] a história era muito oficial, defendia sempre os vencedores e vivia submersa no triunfalismo”.⁶ No ensino de história do Brasil, a situação não era diferente, imperava uma abordagem ligada à história tradicional (ou factual), marcada pelo mero arrolamento de dados, ufanismo elitista, enaltecimento dos fatos políticos oficiais, mitificação dos heróis nacionais e, às vezes, anedotas fúteis, em que despontavam autores como, por exemplo, Rocha Pombo e Pedro Calmon. Para romper com esses embustes, era necessário empreender uma reformu-



João Goulart

lação em conceitos consagrados e munir os professores de subsídios para questionar as abordagens descomprometidas com as lutas do povo brasileiro.

Os historiadores vinculados ao Iseb entendiam que estudar história era adquirir consciência do passado, consciência do que fomos para compreender e, principalmente, transformar o que somos, isto é, o ensino da história devia servir de fundamento ideológico a

uma ação transformadora das condições da vida do povo brasileiro. Pelo balanço realizado pelos autores, a História Nova libertaria o país da “[...] história factual e mitificada”.⁷ Fruto da necessidade de repensar o nosso passado na perspectiva de subverter o presente é que devemos entender o surgimento da coleção. Em um sentido mais amplo, a História Nova, tanto foi produto de um quadro histórico marcado pela radicalização das lutas sociais e políticas no governo de João Goulart, quanto refletiu “[...] um novo conteúdo de idéias assinalado pela emergência no Brasil do materialismo histórico”.⁸ Apesar de derrotado pela ditadura, o projeto da História Nova Brasil, como assinala Lúcia M. Paschoal Guimarães, “[...] representou um avanço na historiografia do livro didático. Um momento de ruptura, mesmo. A partir dali, as determinantes econômicas dos processos históricos seriam definitivamente incorporadas aos conteúdos dos compêndios escolares”.⁹

HISTÓRIA NOVA DO BRASIL E A LUTA PELA “REVOLUÇÃO BRASILEIRA”

A História Nova do Brasil foi publicada no início da década de 1960, em uma conjuntura de embate de dois projetos de ordenamento do Brasil. De um lado, verificava-se a ascensão do movimento de massa, mobilizando amplos setores progressistas que lutavam pela denominada *revolução brasileira*, ou seja, pela construção de uma autêntica democracia popular no país. No outro vértice, assistia-se o crescimento do movimento golpista e conspiratório, aglutinando a aliança das forças reacionárias do país com os interesses imperialistas. Nesse sentido, o surgimento da História Nova do Brasil – no terreno das idéias – traduzia, de certo

modo, as contradições que pautavam o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Das necessidades objetivas de desenvolvimento nacional operaram-se diversas respostas subjetivas, entre as quais, inserimos a proposta de renovação historiográfica. Como salienta Ricardo Maranhão – quando faz um balanço da importância da História Nova do Brasil para o projeto da revolução brasileira, na década de 1960 – havia a necessidade de “[...] libertação nacional e de representação política dos interesses de todo o povo e das classes populares, e dentro de uma reconstrução ideológica do passado”.¹⁰

Para os autores dessa pioneira coleção, a História Nova do Brasil era concebida como ferramenta de educação política e canal impulsionador de mobilização das frentes populares democráticas do país, tendo em vista romper, definitivamente, com as correntes da opressão interna e externa.

O interessante do modelo de marxismo postulado pelos historiadores responsáveis pela História Nova do Brasil foi a defesa do nacionalismo como via de emancipação econômica e superação das desigualdades sociais intrínsecas à formação do Brasil. Na qualidade de mentor do grupo de autores da coleção, Nelson Werneck Sodré argumentava que o nacionalismo devia ser entendido como fazendo parte da estratégia de luta teórica: “O nacionalismo apresenta-se como libertação. [...] O nacionalismo aparece, pois, num cenário histórico em que é a saída para uma situação real. [...] Corresponde a um quadro real, a necessidades concretas.”¹¹

Pelas convicções ideológicas que permeavam os autores naquele instante, era necessário coadunar o nacionalismo à orientação marxista. Essa talvez seja a principal peculiaridade da coleção. O nacionalismo, de acordo com Nelson Werneck Sodré, correspondia ao novo “[...] que nos impulsiona pra frente e rompe com o que nos entrava e entorpece”.¹² Na atmosfera política do governo João Goulart, o novo significava fazer apologia pelas reformas estruturais. Segundo Nelson Werneck Sodré, “[...] a luta pelas reformas era o meio principal de fazer avançar, no Brasil, o processo revolucionário”.¹³



José Honório Rodrigues

Apesar das reformas serem consideradas uma etapa necessária para avançar o processo revolucionário no país, essa alcunhada revolução não tinha um caráter socialista: tratava-se, pelo contrário, de “[...] libertar as forças produtivas e de ampliar relações capitalistas onde elas são ainda desconhecidas ou repelidas”.¹⁴ Com isso, o papel da História Nova do Brasil – no bojo da revolução

brasileira – era contribuir para elevar o nível de consciência de luta das massas, assim como colaborar para mobilizar um movimento político capaz de desencadear a tardia revolução burguesa no Brasil.

Segundo os principais teóricos marxistas, naquela etapa do desenvolvimento histórico do país as tarefas apresentadas eram de caráter democrático-nacional, sintetizadas na consigna da revolução antifeudal e antiimperialista. Na própria tese aprovada, em 1954, no IV Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – partido ao qual os autores da História Nova do Brasil estavam vinculados – referendou-se a avaliação segundo a qual: “A revolução no Brasil, na sua atual etapa [década de 1950 e 1960], exige a eliminação da exploração dos monopólios estrangeiros, principalmente norte-americanos; a transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra, das relações pré-capitalista de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários”.¹⁵ Nessa perspectiva, a História Nova do Brasil era vista como um

dente dessa engrenagem denominada *revolução brasileira*. Esta expressão, por sinal, era utilizada, de maneira recorrente na época, para designar o processo de revolução burguesa (ou nacional) em curso no país, e que foi abortado com a instauração da ditadura militar e conseqüente fim da democracia no país, em 1964.

O interessante do modelo de marxismo postulado pelos historiadores responsáveis pela História Nova do Brasil foi a defesa do nacionalismo como via de emancipação econômica e superação das desigualdades sociais intrínsecas à formação do Brasil.

NOTAS

- ¹ Nelson Werneck Sodré, *História da História Nova* (Petrópolis: Vozes, 1986), p. 146.
- ² Jean Chesneaux, *Hacemos tabla rasa del pasado?* (México: Siglo Veintiuno, 1977), p. 24.
- ³ Uma pesquisa singular sobre o Iseb foi realizada por Caio Navarro de Toledo. Este autor faz uma análise da proposta nacional-desenvolvimentista desse instituto. Para Toledo, os isebianos preconizavam, em comum, um programa nacionalista, que consistia, em linhas gerais, na superação do subdesenvolvimento, na implantação de um capitalismo avançado e autônomo frente ao imperialismo. Com esse intuito, seus integrantes defendiam uma política de aliança dos setores progressistas para combater os setores atrasados. Segundo Toledo, os isebianos avaliavam que “os conflitos sociais existentes em nosso país, na fase em que se encontra [década de 1950], exprimem, na sua essência, menos irreduzíveis lutas de classes, do que conflitos que se travam, no âmbito de cada classe, entre seus setores dinâmicos e estáticos, entre as forças produtivas e as forças parasitárias”, cf. Caio Navarro de Toledo, *Iseb: fábrica de ideologia* (São Paulo: Ática, 1980), p. 122.
- ⁴ Nelson Werneck Sodré, *História da História Nova*, cit., p. 121.
- ⁵ *Ibid.*, p. 142.
- ⁶ José Honório Rodrigues, “Entrevista concedida a Carlos Guilherme Motta”, em *Tempo e sociedade* (Rio de Janeiro: Vozes, 1986), p. 142.
- ⁷ Rubens César Fernandes et al., *História Nova do Brasil (1963-1993)* (São Paulo: Giordano, 1993), p. 16.
- ⁸ *Ibid.*, p. 17.
- ⁹ Lúcia Maria Paschoal Guimarães, *O parecer do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre a História Nova* (Rio de Janeiro, s/d., mimeo).
- ¹⁰ Ricardo Maranhão, “História Nova do Brasil”, em *Princípios*, nº 34, São Paulo, agosto, 1994, p. 22.
- ¹¹ Nelson Werneck Sodré, *Introdução à revolução brasileira* (1ª ed., 1958) (São Paulo: Ciências Humanas, 1978), p. 181.
- ¹² *Ibid.*, p. 183.
- ¹³ *Ibid.*, p. 231.
- ¹⁴ *Ibid.*, p. 247.
- ¹⁵ Jaime Pinsky (org.), *Questão nacional e marxismo* (São Paulo: Brasiliense, 1979), p. 287.